

Índice

Casamento na Europa: o debate continua vivo.....	1
As famílias europeias, nunca tão na rua.....	2

Casamento na Europa: o debate continua vivo

Desde há vários anos, a cantilena dominante é que a família com base na estrutura pai, mãe e filhos está a recuar. Mas esta impressão não corresponde à realidade vivida pela maioria dos casais europeus, nem aos desejos dos que alguma vez aspiraram a que o seu casamento durasse para sempre. Birgit Kelle e Sophia Kuby refletem sobre o ideal familiar em dois textos insertos no livro "La batalla por la familia en Europa" [Ed. Sekotia; Francisco José Contreras (ed.), 222 págs., Madrid, 2016].

De tempos a tempos, o Statistische Bundesamt (Departamento Federal de Estatísticas) examina a paisagem familiar da Alemanha. Depois da publicação dos números, erguem-se com a mesma regularidade os oráculos sobre a questão do que é "a família moderna". "A família clássica é um modelo em extinção", proclamou um título do "Die Welt", um dos muitos que difundem uma mesma mensagem: o casamento com filhos está em declínio e passará rapidamente a ser uma espécie protegida. Nalguns relatórios e comentários ressoa mesmo uma alegria secreta ao comprovar que esse modelo de vida, associado ao retrocesso, por fim parece liquidado.

É curioso comprovar, no entanto, que 70 % de todas as famílias alemãs correspondem ao que é apresentado como "modelo em extinção". Certamente, o "Die Welt" parte de uma comparação com os números do estudo anterior, do ano de 1996. Em 1996, eram 81 % as famílias alemãs enquadráveis no modelo "casamento mais filho(s)". Em resumo, a evolução pode resumir-se assim: a percentagem de casais com filhos desce, a percentagem de pais ou mães que educam sozinhos

os seus filhos sobe fortemente, e a percentagem de uniões sem casamento com filhos aumenta também.

A estabilidade continua a ser o ideal

Trata-se de números a seco: as interpretações começam depois. E também as avaliações sobre se é uma evolução boa ou má. E a verdade é que se tornou difícil afirmar que não seja uma evolução positiva ou que mereça preocupação. Se alguém o faz, arrisca-se a ser incluído nas fileiras dos nostálgicos do patriarcado dos velhos homens brancos, ou nas dos que negam a modernidade, cheios de preconceitos e refratários às mudanças, ou a quem sejam imputados os "medos dos cristãos ultraconservadores, os que têm uma cara de poucos amigos".

Mas a verdade é que os números mostram algo muito claro: a família de pai, mãe e filhos é o modelo ideal. De entre os 20 % de famílias monoparentais, muitas provêm de casamentos fracassados ou de relacionamentos desfeitos. Não começaram por dizer: "o que eu mais quero é ser mãe solteira". Começaram a sua vida de casal com a ambição de que fosse "para sempre", mas a vida muitas vezes torce as coisas numa direção inesperada. E os 10 % restantes – as uniões sem casamento com filhos – correspondem também ao esquema pai-mãe-filhos, embora não tenham o vínculo matrimonial. O punhado de "famílias arco-íris", incluído estatisticamente nesses 10 %, é marginal.

Mas o facto de algo acontecer na realidade, implica automaticamente que seja bom? Devemos simplesmente gerir o declínio do casamento entre homem e mulher, até que o

último apague a luz? Ou existem talvez boas razões para tentar combater o declínio? À classe política dá-lhe trabalho avaliar publicamente essas tendências, visto que pende sempre ameaçadora a espada de Dâmoques da “discriminação” se se privilegia em termos estatais uma forma de família em concreto, mesmo que isso seja o pedido pela Constituição.

A ideologia é sempre complicada, de modo que o Estado também poderia focalizar as coisas de forma pragmática. De que modelos de família obtém a sociedade maiores benefícios? Que modelos de família lhe causam, pelo contrário, os maiores esforços financeiros? A classe política lamenta-se constantemente da “mudança demográfica”: não nascem suficientes crianças. Ora, em termos estatísticos, a probabilidade da maternidade cresce de modo exponencial com o casamento. Se os políticos quisessem realmente aumentar os índices de natalidade – uma vontade que haveria que demonstrar – deveriam, de facto, apostar abertamente na promoção do casamento, tendo em conta a estatística. O melhor seria uma campanha mediática: “Casem! Já!».

E se alguns modelos de família constituem para o Estado – e, portanto, para todos nós – um encargo financeiro superior a outros, deverão apesar disso ser fomentados em pé de igualdade com o casamento, para não se ficar exposto à acusação de discriminação?

Ajudar a que os casamentos não fracassem

Vejamos o exemplo dos pais ou mães que educam sozinhos. Quase 40 % destas famílias monoparentais têm vivido de prestações do Estado, ou seja, da solidariedade das restantes. A isso junta-se o facto de que na grande maioria dessas famílias falta o pai, o que acrescenta dificuldades ao desenvolvimento psicológico dos filhos, tendo levado mesmo o nosso Ministério da Família a iniciar programas como o de “mais homens nas creches”, para compensar essa carência. E agora deveríamos então regozijar-nos pelo facto do casamento se desmoronar e em seu lugar haver cada vez mais pais ou mães a terem de se esforçar em educar sozinhos os filhos em condições difíceis? E, por último, pergunta herética: teremos, além do mais, de promover tudo isso, ou não deveríamos sim combatê-lo?

Aquilo que os números do censo só captam estatisticamente, mas não interpretam, é que muitos solteiros, pessoas que vivem sozinhas, divorciados e pais que criam individualmente os seus filhos não rejeitam o conceito de casamento, simplesmente fracassaram quando o levaram à prática, ou não o alcançaram. O casamento era e continua a ser para muitos o ideal, e de facto não são poucos os que voltam a tentar as núpcias pela segunda e pela terceira vez.

E mesmo o número crescente de solteiros não é indício de uma rejeição em termos fundamentais do casamento ou de

outra relação. Surgem constantemente portais *on line* sobre encontros e procura de parceiro; os fóruns da Internet estão cheios de solteiros à procura da sua cara-metade. Se cada vez fracassam mais pessoas em levar à prática o seu ideal, deveremos assumir passivamente esse fracasso, ou mesmo celebrá-lo como conquista da modernidade?

A investigação das razões pelas quais tantos fracassam na busca do ideal, e de como poderíamos impedir esse fracasso, seria também uma alternativa. Muitas vezes celebramos as famílias reconstituídas (famílias *patchwork*) como o modelo do futuro. Sim, é verdade que empiricamente há cada vez mais dessas. Mas, mais uma vez: será bom simplesmente por ser a realidade? As dificuldades suscitadas por esse tipo de famílias, tanto para os adultos como para as crianças, são bem conhecidas. Deve ser isso celebrado, ou pode-se mostrar preocupação sem que automaticamente alguém grite “discriminação!”?

Qualquer família reconstituída surge do fracasso de pelo menos uma família anterior. Também por detrás das famílias monoparentais encontra-se muitas vezes o fracasso de uma família biparental anterior. Queremos continuar a aclamar o fracasso ou ajudar as pessoas a realizar o ideal? Quando se pergunta aos jovens quais os seus planos de futuro, a maioria responde que casar-se e ter filhos é o desejo número um. Queremos, então, ajudar os nossos jovens a alcançar o seu ideal, ou queremos mudar os seus ideais?

B. K.

As famílias europeias, nunca tão na rua

O debate sobre a redefinição do casamento ganha peso no compromisso político e cívico de muitos europeus.

“A Comissão deveria ir em frente e tentar que todos os Estados membros da UE aceitem sem reservas o casamento entre uniões do mesmo sexo”. Com estas palavras se dirigiu Frans Timmermans, atual primeiro vice-presidente da Comissão Europeia, aos assistentes da primeira Gala LGTB organizada pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais da Europa (ILGA Europe), em junho de 2015. Embora a regulamentação do casamento e da família seja competência exclusiva dos Estados membros, não da UE, o vice-presidente publicou o seu discurso na *web* da Comissão Europeia. (...)

O progressismo social – a ideia de que a liberalização é sempre positiva – é o pensamento dominante na Europa atual. Os países que redefinem o casamento, permitem o divórcio

sem causa grave e liberalizam gradualmente a procriação artificial, a maternidade de aluguer e o aborto, encontram-se sem dúvida “na onda” dos valores europeus contemporâneos. E se algum país se atreve a reverter a tendência e tenta revigorar o casamento, a família natural, a proteção da vida em todas as suas etapas, seja através de alterações legais, seja através de reformas constitucionais, não demorará a que surjam manifestações de indignação no Parlamento Europeu. A Hungria e a Polónia são exemplos recentes.

Sair da uniformidade

(...) Olhando mais de perto, descobre-se que são sempre alguns pequenos mas muito paladros grupos de debates e *lobbies* que conduzem esses debates: entre eles, o ILGA Europe, que recebe 70 % do seu orçamento da Comissão Europeia. Mas, dada a amplificação que é dada a essas vozes nos meios de comunicação europeus, o observador desinformado poderia ser levado a pensar que é toda a Europa que está a falar a uma só voz contra um pequeno país reacionário. Dado que a UE não tem competências para interferir nas reformas constitucionais ou nas relativas à legislação sobre casamento e família de um Estado membro, essas audiências e debates parlamentares não são mais do que tentativas de intimidação que apelam a um suposto “consenso” europeu sobre a matéria.

Interessa observar que parece estar a ter lugar uma certa emancipação relativamente a essa pressão da UE de parte dos países que se agarram às suas raízes e cultura cristãs, e portanto ao casamento e à família. Os Estados membros têm cada vez menos medo de se oporem a medidas que teriam efeitos prejudiciais na instituição familiar, como os planos LGTB, mesmo se em princípio parecem dirigidos a uma minoria.

Em março de 2016, a Hungria opôs-se a um Plano de Ação sobre Igualdade LGTBI no Conselho, que havia sido proposto pela Comissão. Ao fazê-lo, bloqueou a entrada em vigor do documento. Não é a primeira vez que a Hungria bloqueia tais medidas controversas; mas, pela primeira vez, esse país adotou uma atitude de liderança pró-ativa na comunicação com os meios. Goste-se ou não, a Hungria está a criar uma nova dinâmica no processo democrático europeu: já não é inconcebível que alguém tente impulsionar uma agenda pró-família e pró-casamento no quadro institucional da União Europeia.

O despertar da França e da Itália

O casamento como união de um homem e de uma mulher está protegido atualmente na maioria dos Estados membros

da UE. (...) Onze dos 28 Estados membros redefiniram o casamento (alargando-o às uniões do mesmo sexo) (Bélgica, Dinamarca, França, Irlanda, Luxemburgo, Holanda, Espanha, Suécia, Grã-Bretanha, Finlândia, Portugal). Mas quase dois terços dos Estados membros da UE continuam a definir o casamento como uma união entre um homem e uma mulher.

Cada vez mais, as tentativas de redefinir o casamento provocam reações públicas amplas e persistentes, sempre a favor da preservação do casamento e da família, tal como foi entendido durante milénios. E, embora seja verdade que essa resistência vem principalmente de países do centro e do leste da Europa, a França assistiu em 2012 e 2013 às maiores manifestações cívicas em décadas, defendidas durante mais de um ano contra a lei que redefinia o casamento. Apesar de tudo, a lei foi aprovada, mas o inesperado despertar da geração mais jovem – uma grande parte dos milhões de manifestantes nas ruas de Paris e outras cidades tinham menos de 30 anos – mudou o debate público em França de modo mais profundo e perdurável do que se teria podido esperar quando foi convocada a primeira manifestação.

Em Itália, houve cenas similares. Em janeiro de 2016, um milhão de pessoas reuniu-se no Circo Máximo para se manifestarem contra uma lei que apontava para situar as uniões civis entre pessoas do mesmo sexo num nível jurídico quase equiparável ao casamento. Como em França, a lei foi aprovada com ligeiras reformas, mas o tema mobilizou cidadãos que nunca se tinham manifestado na rua, e quiseram fazê-lo por isto.

Há uma nova consciência do que está em jogo se colocarmos em perigo as instituições e realizações fundamentais de uma sociedade livre. O debate em França levou a um despertar de uma sociedade que se caracterizava pelo materialismo, frustração política e indiferença espiritual. Desde 2013 que surgiram em França inúmeras iniciativas que mostram que a nova e bem preparada geração aspira a algo mais, e aos cristãos que a política não são apenas negócios sujos, mas o caminho para configurar o mundo social que nos rodeia.

O empurrão da Europa Central

Em 2013, a Croácia efetuou um referendo sobre a redefinição do casamento. Apesar da oposição em massa do governo e dos meios de comunicação social para com o movimento cívico “Em nome da família”, que promoveu o referendo, 20 % da população assinou a petição: o dobro do exigido. Dois terços dos que votaram, fizeram-no contra a redefinição do casamento.

Os cidadãos da Eslovénia, um país consideravelmente mais secularizado do que a Croácia, pronunciaram-se duas vezes em três anos. O referendo de 2012 referiu-se a um código de família que teria dado às uniões do mesmo sexo os mesmos direitos dos casamentos, com exceção da adoção. 54 % dos

participantes votaram contra. Em três anos, o apoio ao casamento tradicional cresceu na Eslovénia. Noutro referendo realizado em dezembro de 2015, 63,4 % dos votantes rejeitaram uma lei que teria redefinido o casamento e permitido a adoção por parte de uniões do mesmo sexo. (...)

Em 2015, o governo socialista da Eslováquia rejeitou, após um vivo debate público, um Plano de Ação LGBTI que teria promovido todas as orientações sexuais como igualmente aceitáveis. (...)

A exceção irlandesa

Quando os cidadãos conseguem ter uma opinião sobre o tema do casamento e da família, a esmagadora maioria adota uma posição clara a favor da proteção do casamento e do direito das crianças a terem um pai e uma mãe. Há uma exceção, no entanto: a Irlanda. Em 2015, a ilha verde converteu-se no primeiro país do mundo que redefinia o casamento através de um referendo, e também o único país onde a população apoiou essa redefinição.

O referendo irlandês foi excepcional igualmente noutro aspeto: nunca se havia investido tanto dinheiro estrangeiro numa campanha pela redefinição do casamento. Enquanto na Croácia, França, Itália, Eslovénia, Roménia e outros países, as iniciativas pró-casamento natural foram movimentos da sociedade civil em sentido estrito, que operavam com orçamentos limitados abastecidos de donativos dos verdadeiros manifestantes, a campanha pelo "sim" ao casamento homossexual na Irlanda foi impulsionada por um *lobby* LGTB irlandês através de um rio de dinheiro norte-americano. A fundação Atlantic Philanthropies investiu 23 milhões de dólares na Irlanda ao longo de treze anos para promover a subversão do casamento tradicional. Mas isso não foi suficiente. O governo e as grandes empresas tomaram partido e apoiaram abertamente o "sim" no referendo. (...)

A Europa está dividida sobre o tema do casamento, com tendências contraditórias. Enquanto os países da metade ocidental do continente assistem à mobilização de alguns cidadãos conscientes contra uma elite política progressista, os da Europa Central e Oriental mostram-se cada vez mais firmes na proposta de uma agenda pró-família e pró-casamento.

(...) Esse debate é central, e tem um papel cada vez mais importante no compromisso dos cidadãos na esfera pública. Os próximos 5 ou 10 anos serão decisivos para saber se a Europa construirá o seu futuro sobre a família e conservará o casamento, ou se deixará desaparecer a instituição mais básica da sociedade, deixando atrás de si um vazio que o Estado tentará preencher em vão.

S. K.